

PRODUÇÃO, CONSUMO E CRISE

Antonio Carlos de Moraes¹

Resumo: é uma característica da grande maioria das teorias sobre as crises capitalistas, eleger uma variável como centro gerador das dificuldades enfrentadas pela dinâmica da acumulação capitalista. São cortes analíticos que contribuem para um melhor conhecimento do comportamento de variáveis importantes como, por exemplo, investimento e consumo. Neste artigo a proposta é destacar a importância em privilegiar um olhar que contemple a articulação entre essas variáveis não como puros fenômenos, mas como manifestação dos elementos estruturadores do regime de produção capitalista, o que pode oferecer avanços na compreensão do processo de acumulação de capital, e, por decorrência, trazer luz ao próprio comportamento dessas variáveis.

Palavras-chave: produção, consumo, crise

Production, consumption and crisis

Abstract: *it is a feature of most theories of capitalist crises, choose a variable as generating center of the difficulties faced by the dynamics of capital accumulation. Analytic cuts are contributing to a better understanding of the behavior of important variables such as, for example, investment and consumption. In this paper the proposal is to highlight the importance of focus that includes a look at the relationship between these variables were not as pure phenomena, but as a manifestation of the structural elements of the system of capitalist production, which could provide breakthroughs in understanding the process of capital accumulation, and, consequently, bring light to the behavior of these variables.*

Key words: *production, consumption, crises*

JEL: B51

Introdução

Muito se tem escrito sobre a natureza cíclica do capitalismo, sobre as causas determinantes dos seus pontos de inflexão, configurando movimentos ascendentes e descendentes. Dentro da matriz teórica marxista, ainda que com todas as variantes de interpretação, o sistema capitalista é reconhecidamente de natureza desequilibrada, conflitivo, cíclico. A abordagem keynesiana que representa histórica e

¹Pós-doutorado em Economia, USP, professor do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP. E-mail: mouraria@pucsp.br
Recebido em 03/06/2011. Liberado para publicação em 07/08/2011.

cientificamente uma superação da macroeconomia clássica tem também como pressuposto a instabilidade do sistema capitalista. A análise kaleckiana sobre a dinâmica capitalista, que incorpora categorias presentes na análise marxista e elabora sobre elementos centrais da análise keynesiana, como o investimento, por exemplo, também assume o caráter cíclico do processo de evolução da produção no capitalismo. Enfim, a análise da dinâmica capitalista, que configura o caráter cíclico do sistema, está considerada em um conjunto de importantes trabalhos.

É imprescindível destacar algumas interpretações dentro desse referido conjunto de trabalhos, o que faremos na seção seguinte, com o propósito de tecer um pano de fundo, com a pretensão de firmarmos em uma seção subsequente, uma contribuição ao debate sobre a dinâmica da economia capitalista.

Rosa Luxemburg, Sismondi, Michel Aglietta e Josef Steindl

Selecionamos estes autores levando em conta, principalmente, o caráter particular do foco de análise de cada um, que, abrem um leque interessante como referência para as reflexões que se seguirão.

Vamos iniciar com Rosa de Luxemburg, citando uma passagem de sua principal obra no campo da teoria econômica, *A acumulação de capital*: “A acumulação é impossível em um meio exclusivamente capitalista [...] [...] A acumulação do capital prossegue e estende-se à custa de classes e sociedades não capitalistas”.

Esta citação da autora pode ser tomada como corolário de sua crítica ao esquema de reprodução ampliada de Marx, em termos do mesmo ser incapaz de interpretar historicamente o processo de acumulação capitalista. Esta incapacidade, segundo Luxemburg, se deve ao fato de que o esquema de Marx, apesar de admitir a crise por falta de proporcionalidade da produção, desconsidera o desequilíbrio fundamental entre a capacidade de produção e de consumo da sociedade capitalista. Esse desequilíbrio, gerado pelo próprio processo de acumulação de capital, é solucionado periodicamente nas crises, impulsionando o capital a ampliar o mercado permanentemente.

A partir daí a autora centra o enfoque analítico do processo de acumulação de capital na questão da realização. Nas palavras da própria autora: “A realização da mais-valia é, com efeito, a questão vital da acumulação capitalista” (LUXEMBURG, 1976, p. 301). Em um meio exclusivamente capitalista, a acumulação se inviabiliza.

Ela pode estender-se às custas de sociedades e classes não capitalistas, o que historicamente, no contexto da obra da autora, pode ser representado pela invasão francesa na Argélia e a inglesa nas Índias. A busca de um espaço não capitalista é o recurso do capitalismo para dar sequência ao processo de acumulação, contornando os desequilíbrios entre produção e consumo. Apesar das críticas, a autora considera que os erros de Marx são fecundos e animadores, mas não poupa as interpretações equivocadas do esquema por alguns “epígonos” de Marx, como Tugan-Baranowski, para quem o capitalismo pode fecundar-se ilimitadamente por si mesmo.

Por outro lado, Luxemburg mostra simpatia pela análise de Sismondi que, nas primeiras décadas do século XIX, vivenciou um contexto que se caracterizava por um rápido avanço do capitalismo, acelerando a transformação das relações sociais oriundas do feudalismo, com base na “pequena produção”. O avanço das novas relações de produção capitalistas significava um aprofundamento da concorrência, o crescimento das grandes empresas e a concentração da produção. Para Sismondi, nessas transformações estavam assinaladas as contradições do capitalismo, que desembocavam em uma fragilização do mercado interno excluindo os indivíduos ligados à pequena produção, que perdiam emprego e renda, afetando a dinâmica da do comportamento da demanda e levando às crises de realização. Apesar da revelada simpatia, Luxemburg classifica a visão de Sismondi como um “ceticismo pequeno-burguês”, acrescentando que ele foi incapaz de compreender suficientemente o processo de reprodução de capital, o que se reflete em sua crença de que a produção esgota-se tão somente no consumo pessoal, esquecendo-se que parte do produto é reservada à formação do capital constante. Por conta de sua visão do capitalismo, Sismondi também ganha de Lenin o título de “romântico” (MORAES, 1996).

Na medida em que o problema da acumulação mostra-se insolúvel sob o domínio exclusivo do capitalismo, a tradução histórica dessa contradição assume a expressão viva do capitalismo em seu curso mundial. Essa projeção da análise de Luxemburg vislumbrando o caráter mundial da economia capitalista coloca-a como uma das importantes interpretações do imperialismo, que marcou o capitalismo nas primeiras décadas do século XX. Por outro lado, sua visão teórica sobre o caráter instável da dinâmica capitalista, a despeito das restrições que a autora identifica na análise de Sismondi, a colocam a seu lado na corrente dos subconsumistas, ou seja, dos autores que identificam, na contradição entre produção e consumo, ainda que

com nuances diferentes, o principal problema a afetar o desempenho do processo de acumulação de capital.

De Luxemburg e Sismondi, transitamos para a Escola da Regulação. Em um trabalho enfatizando a questão da regulação do sistema capitalista, que se apoia em uma análise da economia norte-americana dos anos de 1960, Aglietta (1979) expõe sua concepção sobre as crises capitalistas e, portanto, sobre a natureza da dinâmica do processo de acumulação de capital.²

Segundo Aglietta, o próprio antagonismo contido na relação salarial é um óbice ao capitalismo possuir os meios necessários para sua regulação harmônica. O que está por detrás da “anarquia da produção” é o acesso da luta de classes no âmbito da produção, impedindo a criação de mais valia a uma escala ampliada dentro de uma dada organização vigente dos processos de trabalho. Em determinadas etapas, portanto, não se cumprem as condições de reprodução ampliada, que subentendem o equilíbrio orgânico entre os Departamentos I e II. A quebra desse equilíbrio caracteriza a situação de superacumulação, que é, segundo Aglietta, o “estalo” da crise. Para o autor, a tendência ao desenvolvimento desigual é uma característica macroeconômica da lei da acumulação. O desequilíbrio orgânico entre os Departamentos I e II rompe a unidade social de produção e circulação, compromete a formação da taxa geral de lucro e o cumprimento pleno da realização. Este último decorre de um desenvolvimento desigual que produz um desequilíbrio macroeconômico, que por sua vez, impõe-se aos capitalistas individuais.

No âmbito dos capitalistas individuais, o desequilíbrio se traduz em uma aceleração do desenvolvimento do setor que produz meios de produção (DI) e não em uma penúria de oportunidades de investimento. Os capitalistas, de fato, são estimulados por resultados facilmente alcançados, acelerando seus planos de investimento. Mesmo quando já não se cumprem as proporções entre as produções de DI e DII, o mecanismo de crédito alivia as restrições impostas pela base monetária, dando início a um processo que desemboca na autonomia da circulação financeira, que num primeiro momento assume as feições de um *boom* financeiro.

Ao *boom* financeiro sucede o pânico financeiro, que é a fase inicial da depressão. A partir daí se instala a crise financeira, com a inflação passando de rastejante para galopante, sendo o processo inflacionário a forma que a crise financeira adota sobre o regime de acumulação intensiva, com a restrição monetária

²Particularmente sobre a análise das crises, veja-se o capítulo 6, Sistema monetário, crédito y crisis (AGLIETTA, 1979, p.286-336).

correspondendo ao “dinheiro de curso forçado”. A crise financeira é vista pelo autor como um momento necessário para a regulação do capitalismo, mas que por si só não basta para criar uma nova compatibilidade entre a macroestrutura da produção e a distribuição da renda global, compreendendo o retorno ao equilíbrio orgânico entre DI e DII. É preciso também que no âmbito da luta de classes se procedam a transformações na organização social do trabalho, que é de fato a condição única para a retomada do processo de acumulação. Sobre este último aspecto, Aglietta destaca que nos EUA, na crise dos anos de 1930, foram reformulados os contratos coletivos de trabalho, com a regulação do salário nominal, além da reforma do sistema monetário. (AGLIETTA, 1976, p, 322-3).

Passando por Keynes e Kalecki, Steindl investe na tentativa de formalizar a ligação entre a micro e a macroeconomia, no sentido de estabelecer um ataque frontal para a identificação das causas determinantes do investimento no nível da empresa e no nível agregado (STEINDL, 1983). Steindl interpreta a evolução da economia norte-americana na primeira metade do século XX, entendendo que a acumulação capitalista compromete-se na generalização do processo de oligopolização da economia, com uma elevação conseqüente do grau de monopólio. Nesse estágio concorrencial, as margens de lucro elevam-se com maiores níveis de capacidade ociosa planejada, que, por sua vez, enfraquece o estímulo ao investimento, interferindo na expectativa dos empresários, sensíveis a variações indesejáveis no nível de capacidade ociosa. Com uma dada taxa de lucro, um menor nível de utilização da capacidade instalada, trará menos investimentos do que um maior nível de utilização.

Resumidamente, sua teoria de investimento envolve a acumulação interna, o nível de utilização da capacidade e também a taxa de endividamento e o progresso técnico, como fatores determinantes do investimento. O papel da taxa de endividamento corresponde ao princípio do risco crescente de Kalecki. O papel do progresso técnico é introduzido de forma precária por Steindl, como um fator subjacente ao desempenho do que o autor chama de firmas progressistas, que ao introduzirem inovações, conseguem obter margens de lucro extra, que lhes permite uma condição melhor no processo de concorrência, absorvendo as firmas não progressistas, desencadeando o processo de concentração de capital e conduzindo as indústrias à oligopolização. Seu modelo é kaleckiano com algumas incursões no keynesianismo, particularmente quando trata da expectativa dos empresários perante o crescimento indesejável da capacidade ociosa. Em uma nova introdução de seu livro em 1976, Steindl (1983) incorpora um novo elemento na sua teoria de investimento,

assumindo que o declínio do investimento seria resultado do esgotamento de uma longa onda tecnológica iniciada com o esgotamento de uma longa onda tecnológica iniciada com a Revolução Industrial e estancada na era da ferrovia.

A resenha apresentada nesta seção poderia ainda se estender por algumas páginas, mas podemos considerá-la como suficiente para o desenvolvimento do conteúdo da próxima seção, na qual pretendemos firmar uma contribuição sobre a dinâmica da acumulação capitalista.

Produção, consumo e crise: uma contribuição

Arriscamo-nos, a par do muito que há escrito envolvendo o objeto deste artigo, a oferecer uma contribuição sobre a natureza da dinâmica capitalista, focando as dimensões da produção, do consumo e da crise. Vamos iniciar com uma citação de Marx em *Para a crítica da Economia Política* (1978, p. 111):

“O consumo como carência e necessidade é, ele mesmo, um momento interno da atividade produtiva, mas esta última é o ponto de partida da realização e, portanto, seu momento preponderante, o ato em que se desenrola todo o processo. O indivíduo produz um objeto e, ao consumi-lo, retorna a si mesmo, mas como indivíduo produtor e que se reproduz a si mesmo. Deste modo, o consumo aparece como um momento da produção”.

Esta passagem evidencia a unidade entre consumo e produção, apesar da ênfase em que a atividade produtiva é o ponto de partida da realização, o que é lógico e compreensível sob o ponto de vista do materialismo histórico. Marx diz ainda:

“As identidades entre o consumo e a produção aparecem, pois, de um modo triplo: 1º identidade imediata: a produção é consumo, o consumo é produção. Produção consumidora... 2º ambos aparecem como meio e existem por mediação do outro, o que se exprime como sua dependência recíproca... 3º a produção não é apenas imediatamente consumo, nem o consumo é imediatamente produção. De fato, cada um não é apenas imediatamente o outro, nem apenas intermediários do outro: cada um ao realizar-se, cria o outro” (MARX, 1978, p.110-1).

Vale dizer que a obra de Marx, em seu conjunto, despertou muitas interpretações controversas, particularmente sobre as leis e tendências do processo de acumulação de capital. Entre as versões marxistas sobre este processo

encontramos, por exemplo, posições subconsumistas inspiradas pelo próprio Marx por meio da seguinte passagem:

“A razão última de toda verdadeira crise é sempre a pobreza e a capacidade restrita de consumo das massas, com o que contrasta a tendência da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas como se não houvesse mais limite que a capacidade absoluta de consumo da sociedade” (MARX, 1975, p.455) (tradução do autor).

Esta citação de Marx, no contexto da discussão do capital-dinheiro, parece ter sido o que amparou as versões subconsumistas, que na realidade refletem um viés na leitura e interpretação de muitos de seus intérpretes, o que não cabe para as análises apresentadas na seção anterior. Ainda assim, o tratamento da questão da dinâmica capitalista, das crises de acumulação, parece deixar escapar a identidade entre produção e consumo, enfatizando ora a dimensão do consumo ou realização, ora a dimensão da produção.

A análise de Steindl, por exemplo, procura explicar o comportamento depressivo do processo de acumulação a partir de uma teoria de investimento em que este se movimenta em função de variáveis típicas da esfera da produção, como a margem de lucro e o nível da capacidade ociosa. Steindl reconsidera depois a influência de uma onda tecnológica para explicar o declínio primário do investimento na economia norte-americana nas primeiras décadas do século XX, para finalmente reconhecer que o próprio processo de difusão de uma onda tecnológica depende de outras variáveis econômicas, como renda, demanda, mercados, entre outras. Fica evidente certa insatisfação do autor com sua própria análise.

Aglietta se posiciona firmemente no argumento da desproporção entre as produções de DI e DII, como a causa determinante do bloqueio no processo de acumulação, caracterizando a superacumulação de capital. Por outro lado, Luxemburg, sem negar o caráter dialético implícito no esquema de reprodução marxista, considera, no contexto histórico do início do século XX, que a acumulação de capital esbarra na necessidade de conquista dos mercados das sociedades pré-capitalistas, que é quem garante a realização da mais-valia e a continuidade do processo de acumulação de capital.

Tavares (1978) chama à atenção quando analisa a questão da constituição do lucro, sobre o perigoso tratamento metodológico da separação das órbitas da “produção” e do “mercado”. Entretanto, quando aborda a problemática da dinâmica cíclica da industrialização brasileira, se concentra nos efeitos dinâmicos dos grandes

investimentos como fator determinante da reversão do crescimento pós-1974. Dá suporte a esta análise uma teoria de investimento incorporando elementos teóricos de Kalecki, Steindl” e Keynes, considerando variáveis como a capacidade ociosa e a taxa de rentabilidade esperada.

Na ênfase que os diversos enfoques emprestam, ora à produção, ora ao consumo, se visualiza um espaço para avançar na interpretação da dinâmica capitalista na busca de uma abordagem que busque manter a unidade entre produção e consumo, não só sobre a dinâmica, mas também sobre a crise, sem que se perca de vista aspectos fundamentais da realidade econômica. A intenção de valorizar na análise a identidade entre produção e consumo, não justifica uma preocupação de realçar aspectos subconsumistas, mas de dar realce à contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação, que é uma condição indispensável para o avanço a que nos referimos acima. As análises que escapam dessa tarefa acabam por desembocar em receituários para solução das crises de acumulação de capital. Por exemplo, quando se identifica que o refluxo dos investimentos trunca o processo de acumulação, na sequência, a solução para a retomada do processo não pode fugir desse âmbito, que contempla as estruturas de industrialização desequilibrada, grau de imperfeição dos mercados e insuficiência da demanda efetiva como protagonistas da crise e também como as principais vicissitudes do capitalismo. Quantas coisas importantes estão sendo deixadas de lado?

O que queremos firmar é que o caráter privado da apropriação que se materializa sobre uma desorganização sistêmica entre DI e DII, responde pelas limitações da capacidade de consumo das massas, pela redução no nível dos investimentos, que nada mais representa do que o consumo de bens de produção. Estão dimensões visíveis, fenomênicas das crises, momento em que as dificuldades da dinâmica da acumulação capitalista tornam-se mais graves. Entendido o consumo como um momento da produção, assumida a identidade entre o consumo e a produção, constitui-se em uma impropriedade tratar de soluções para amenizar a desarticulação entre DI e DII ou para dinamizar o consumo, como se um ou outro problema se constitua “no problema”.

De fato, estamos falando de uma impropriedade metodológica que se aventura na análise partindo de uma separação entre a dimensão da produção e da realização, corte que resulta em interpretações e soluções parciais que mascaram nosso conhecimento sobre a realidade da dinâmica capitalista e, portanto, obscurecem o vislumbre de caminhos menos tortuosos para a humanidade. Não

queremos jogar ao mar as construções teóricas que tratam de explicar os fenômenos econômicos, tampouco de ignorar as terapias sugeridas, mas registrar as suas limitações, no sentido de superar nossas próprias limitações sobre o conhecimento da realidade do mundo do capital.

Referências Bibliográficas

- AGLIETTA, M. **Regulacion y crisis del capitalismo**. Madrid: SigloVeinteuno Editores. 1979. 336p.
- LENIN, V.I. Para una caracterización del romanticismo económico. In: LENIN, V.I. **Escritos económicos (1893-1899) - Sobre el problema de los mercados**. Madrid: Siglo XXI de España Editores S.A. 1974. p. 59-217.
- LUXEMBURG, R. **A acumulação de capital**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2ª edição. 1976. 516p.
- MARX, K. **Crítica de la Economía Política**. México: Fondo de Cultura Económica. Volume III, 1975.
- MARX, K. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural. Coleção Os Pensadores, p. 100-32. 1978
- MORAES, A.C. **Capitalismo, crise e Estado**. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. 1996. 176 Pp.
- STEINDL, J. **Maturidade e estagnação no capitalismo americano**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 261p.
- TAVARES M.C. **Ciclo e crise: aspectos da industrialização recente no Brasil**. Tese de Livre Docência apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1978.